

# O Processo Político Angolano, da Independência aos Dias Atuais: uma Visão Conjuntural

Paulo Roberto Laraburu Nascimento\*

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, ECEME.

*Existe uma terra turbulenta,  
uma imensidão de dor e sofrimento,  
origem desordenada de terror, inferno em vida.  
(Poema português sobre Angola)*

**A**ngola constitui um exemplo vivo do quanto é difícil e penoso o processo de maturação política de um país onde o conflito é uma constante. No processo político angolano a guerra é uma longa realidade. Iniciou-se em 1961, com a Guerra da Libertação Nacional, que desaguou nos *Acordos de Alvor*, instrumento político pelo qual Portugal concedeu a independência à Angola, a 11 de novembro de 1975. A partir de então, surge a Guerra Civil, manipulada pelos interesses da Guerra Fria.

Nos dias de hoje, os confrontos militares ainda permanecem, apesar de um processo de paz em curso no país. Ao longo de 1994, o conflito ocasionou a morte de mais de meio milhão de pessoas, arruinando a agricultura e a infra-estrutura de econômica de Angola. No primeiro semestre de 1997, a imprensa internacional registrava sérios combates no interior do território Angolano.

E nesse mesmo semestre, um brasileiro membro das Forças de Paz era morto e outro ferido, vítimas de uma emboscada quando realizavam missão de escolta motorizada.

No momento em que as Forças Armadas Brasileiras

acabam de participar com o maior contingente nas operações de manutenção de paz em Angola, como decorrência de meta da política externa nacional de ampliar o prestígio internacional da Nação, cresce de importância a necessidade de obter-se uma visão abrangente dos principais problemas políticos angolanos.

## OS PRINCIPAIS MOVIMENTOS POLÍTICOS DE ANGOLA

O movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de An-

\* Major de Artilharia e Estado-Maior.



Guerra Civil – Principal fator da instabilidade política de Angola.

gola (UNITA) são os partidos de maior destaque no processo político angolano. Surgiram no período da luta colonial contra os portugueses.

Na apreciação dos movimentos políticos angolanos é sempre bom ter em mente a diversidade étnico-tribal de Angola, pela influência que exerceram na formação desses partidos. A professora Therezinha de Castro muito bem caracteriza esse problema: *o tribalismo em Angola é representado pelos muitos grupos bantus (bakongo, quimbundo, ovimbundo e chakuê) que, reunidos, perfazem 78% dos negros do país. O fato é, pois, original na África, já que se*

*constitui de um mesmo povo que poderia formar uma só nação, mas que não a forma porque se subdivide em grupos.*

### O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

O MPLA nasceu no ano de 1956, tendo como base de apoio interno o grupo étnico-linguístico dos quimbundos, que habitavam as províncias do noroeste do país, aí incluindo a região da cidade de Luanda.

Esse partido sofreu forte influência do bloco soviético. Em seu manifesto de 1957, o MPLA proclamou a luta revolucionária como a única forma de libertação nacional. Além disso, várias de suas lideranças foram

formadas no exterior. Um ex-ministro de estado angolano, assim se manifestou quanto à sua participação na luta colonial: *(...) depois fui para Cuba, onde terminei meus estudos. Voltei a fazer outros treinos em Cuba e depois regresssei novamente às zonas liberadas, desta feita através da República da Zâmbia (...).*<sup>1</sup>

A independência tornou Agostinho Neto o primeiro presidente de Angola e o país transformou-se num Estado marxista de partido único. A constituição subordinou o governo às regras do partido. Em 1979, Agostinho Neto faleceu, quando em visita oficial a Moscou, assumindo a presidência José Eduardo dos Santos, atual presidente angolano.

### A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

O partido de Holden Roberto surgiu, no início dos anos 60, a partir de uma organização guerrilheira baseada num grupo étnico-regional dos bakongos, a União das Populações do Norte de Angola. Partindo de bases situadas no interior do vizinho ex-Zaire, a FNLA lançava incursões guerri-

1. Jornal de Angola, 16 de setembro de 1995, p.2.



lheiras sobre instalações portuguesas no interior de Angola.

Com a assinatura dos *Acordos de Alvor*, as ligações externas desse partido ampliaram-se. Passou a receber apoio de países de bloco ocidental, que viam o grupo de Holden Roberto como um contrapeso ao regime do MPLA, então apoiado pelos soviéticos e cubanos.

Porém, os auxílios externos não conseguiram impedir a derrota militar final da FNLA, ocorrida em novembro de 1975 num confronto com o MPLA. Desde então, o movimento foi perdendo expressão, agravados por seus conflitos internos e sua incapacidade de obter apoios fora de sua região tradicional, a área dos banguos.

Nos dias de hoje, a FNLA sobrevive como grupo político, integrando a agremiação denominada Partidos da Oposição Civil Democrática.

### **A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)**

Cronologicamente, a UNITA de Jonas Savimbi foi criada no ano de 1966. Trazia como principal inovação uma nova concepção para a

condução da luta colonial. As incursões guerrilheiras deveriam partir do próprio território angolano, e não mais de fora para dentro de Angola, como até então eram realizadas.

Além disso Savimbi afirmava que, para a guerra de guerrilha ser vitoriosa, era imprescindível a presença de seus líderes no interior angolano, vivendo no desconforto das matas, junto à população. Esse posicionamento era diametralmente oposto ao de outros líderes angolanos, que julgavam ser possível conduzir a luta de libertação nacional do exterior.

Uma das razões para a formulação dessa nova estratégia prendia-se ao fato de o movimento de Savimbi estar enraizado nos ovimbundos, maior grupo étnico-tribal de Angola. Em 1960, eles constituíam cerca de 38% da população do país.

Com a independência, a UNITA passou a disputar o poder do jovem país com o MPLA, numa das maiores guerras civis do continente africano. A partir de então, Savimbi foi apoiado pelos governos dos Estados Unidos da América (EUA) e da África do Sul, interessados em barrar a expansão comunista na África.

Em 1991, a UNITA obteve assento no parlamento nacional, graças à assinatura dos *Acordos de Bicesse*, primeiro protocolo de paz entre os beligerantes, e à implantação de reformas democráticas no país. Em 1992, foi derrotada nas primeiras eleições gerais de Angola e não aceitou o resultado do pleito, sob a alegação de fraude nas eleições, reiniciando a Guerra Civil.

Atualmente, diante de um novo processo de paz em curso no país, a UNITA adota uma posição mais diplomática do que militar, parecendo aceitar as regras da convivência democrática.

### **O MOMENTO DA INDEPENDÊNCIA**

A fase do processo político angolano denominado de *Momento da Independência* marca o início da Guerra Civil angolana. Iniciou-se com a assinatura dos *Acordos de Alvor*, em janeiro de 1975, e terminou com a vitória do MPLA, nos primeiros dias de 1976. A partir desse período, o processo político de Angola passou a sofrer forte influência da Guerra Fria, que transformou o país em palco do confronto Leste-Oeste.

## A Situação Política no Momento da Independência

Os *Acordos de Alvor*, assinados pelo governo português e pelos três movimentos nacionalistas, previam a realização de eleições gerais em outubro de 1975. O partido vitorioso assumiria o poder no dia 11 de novembro, data prevista para a proclamação da independência angolana. Até essa data, Angola foi governada por um Governo de Transição quadripartido.

Porém, os *Acordos de Alvor* não asseguraram o caminho para uma independência de paz. O Governo de Transição não contou com a presença de Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, que optaram por preparar seus partidos e forças para a realização das eleições. Em decorrência, as divergências entre os três movimentos nacionalistas transformaram em luta armada uma disputa pelo poder que deveria ocorrer nas urnas.

Diante desse quadro, a independência encontrou Angola territorialmente divi-

da. O MPLA, enraizado na etnia quimbundo, dominava a região da capital. A FNLA, com base nos bakongos, marcava presença no norte e no leste. A UNITA, apoiada pelos ovimbundos, controlava o centro-sul do país.

Os interesses do conflito Leste-Oeste agravaram esse cenário. Os objetivos políticos dos líderes da Guerra Fria estavam bem definidos. Os soviéticos pretendiam exportar a ideologia comunista da região. Os EUA tentavam barrá-la.

Para cumprir seus propósitos, ambas lideranças envolveram-se diretamente no conflito, apoiando os movimentos em confronto. O suporte norte-americano às forças contrárias ao MPLA materializou-se por ajuda financeira, fornecimento de armamentos e pela presença de instrutores militares em território angolano. Por sua vez, o auxílio soviético efetivou-se pelo envio de fardo material militar e de tropas cubanas, que foram decisivas para a vitória do MPLA, no início de 1976.

Os interesses da África do Sul também estiveram presentes no momento da Independência angolana. Relacionavam-se com a estratégia norte-americana de conten-

ção da doutrina marxista-leninista. A África do Sul procurava agir como representante dos interesses ocidentais na região. Além disso, o governo de Pretória não via com bons olhos a instauração de um regime comunista em sua fronteira noroeste.<sup>2</sup>

Alegava que a vitória do MPLA serviria de incentivo para que os grupos nacionalistas de outros países africanos procurassem auxílio soviético, aumentando a instabilidade política da área.

A presença militar da África do Sul em Angola teve papel de destaque no processo político angolano. Enquanto durou, fortaleceu a posição política e militar da UNITA, por aumentar o grau de liberdade de ação de Savimbi e agilizar o suporte logístico a suas forças.

A partir de meados de dezembro de 1975, a presença sul-africana em Angola ficou comprometida. A aprovação da denominada *Emenda Clark*, no senado dos EUA, que retirou a ajuda secreta norte-americana às forças que se opunham ao MPLA, abalou a confiança que Pretória depositava em Washington. Em decorrência, os sul-africanos retiraram-se do conflito no final de janeiro de 1976.

2. À época, esse limite corria pela Namíbia, então sob tutela da África do Sul.



A retirada da África do Sul e a forte presença militar cubana em Angola impuseram à UNITA uma retirada estratégica para o interior do país, sob pena de ser aniquilada. Nessa ocasião, assim se manifestou Savimbi no comunicado que ordenava a retirada de suas forças, em 10 de fevereiro de 1976: *(...) nenhum exército em África, exceto o Egito, teve de enfrentar uma máquina de guerra de tais proporções como as do exército que agora divide o nosso país (...) aos aliados da UNITA faltara a coragem política de cumprir as promessas assumidas.*

### **A Situação Militar no Momento da Independência**

No campo militar, o conflito civil girou em torno do domínio da capital e do controle de áreas do território angolano, então dividido pelo MPLA, FNLA, e UNITA. O partido que proclamasse a Independência em Luanda e detivesse o controle de maiores áreas territoriais estaria em acentuada vantagem política na reunião da Organização da Unidade Africana (OUA), que discutiria a problemática da independência de Angola.

Nessas condições, cada partido estabeleceu seus objetivos estratégicos operacionais. O MPLA, apoiado por forças cubanas e já instalado em Luanda, procurou manter essa região e controlar áreas que permitissem barrar o avanço de seus adversários sobre a capital. A FNLA e a UNITA, secundadas por tropas do Zaire e África do Sul, respectivamente, direcionaram suas operações para a conquista da capital e para o controle de maiores porções territoriais.

As ações militares desenvolveram-se em duas frentes, cujos resultados influenciaram o processo político angolano. Na Frente Norte, a ofensiva final da FNLA sobre Luanda foi detida na Batalha do Quifandongo, ocorrida no início de novembro de 1975. Essa batalha assinalou a derrocada do movimento de Holden Roberto, que perdeu expressão política e militar. Na Frente Sul, as forças sul-africanas e da UNITA foram barradas na Batalha de Quibala, no final de dezembro. O resultado dessa batalha, juntamente com a *Emenda Clark*, contribuiu para a decisão política do governo da África do Sul de retirar-se do conflito angolano.

### **A CONJUNTURA POLÍTICA DO PÓS-INDEPENDÊNCIA AOS DIAS ATUAIS**

A conjuntura política de Angola pós-independência pode ser apreciada segundo três períodos, que são balizados por eventos significativos da história do país.

#### **Primeiro Período – Da Consolidação da Independência à Retirada dos Cubanos de Angola (1976 – 1991)**

Nesse período, o processo político angolano esteve sujeito a três componentes instabilizadores. Identificavam-se com as ações do governo do MPLA, secundado pelos cubanos, da UNITA e da África do Sul, no novo contexto de uma Angola independente, porém ainda sob os efeitos da Guerra Fria.

A imposição da soberania territorial tornou-se uma das principais metas do MPLA. Para isso, o governo de Agostinho Neto implementou ações no campo político e militar. Na esfera política, as medidas adotadas objetivaram a sedimentação do regime de partido único para todo o território sob controle governamental. No campo militar, tropas governamen-

tais atingiram a fronteira da Namíbia, ao sul do país. Ao norte, chegaram até a Província de Cabinda. Na fronteira leste e nas regiões interioranas a autoridade do governo central ficou restrita a algumas cidades, tendo em vista o controle que a UNITA exercia nessas áreas.

As ações da UNITA visavam à realização dos dois principais objetivos políticos de guerra de Savimbi: continuar a luta pela conquista do poder e expulsar as tropas cubanas do solo angolano. Na consecução dessas metas, o partido de Savimbi foi beneficiado pela implantação de uma vigorosa política anti-soviética levada a efeito pelo governo dos EUA, a partir de 1981, que lhe garantiu o aumento de seus suportes logísticos externos. Como resultado, deixou de ser uma força essencialmente de guerrilha, pois adquiriu a capacidade de executar operações regulares.

As ações da África do Sul em Angola situavam-se no contexto da problemática da independência da Namíbia, então território sob administração sul-africana. O governo de Pretória acusava o recém empossado governo comunista de Luanda de

fornecer apoio logístico e permitir que o movimento nacionalista da Namíbia, a Organização dos Povos do Sudoeste da África (SWAPO, na sigla em Inglês), mantivesse bases guerrilheiras ao sul de Angola. Em decorrência, a partir de junho de 1976, a África do Sul lançava uma série de incursões militares sobre Angola, iniciando-se uma verdadeira guerra não declarada entre os dois países, que se prolongou até 1988.

No final desse ano, Angola, Cuba e África do Sul assinaram os Acordos de Nova York, mediados pelos EUA. Esse protocolo estabelecia a retirada dos cubanos de Angola, dos sul-africanos do território namibiano e lançava as bases da independência da Namíbia.

### **Segundo Período – Da Retirada dos Cubanos ao Protocolo de Lusaka (1991-1994)**

A eliminação das componentes de instabilidade externa do processo político angolano facilitou os entendimentos entre o MPLA e a UNITA na busca de uma solução diplomática para o fim dos conflitos. Após mais de quinze anos de confrontos

armados, o conceito de Estabilidade de Crise caracterizou-se em Angola. Ambos os lados reconheceram que não atingiriam seus propósitos pela força das armas. Era preciso negociar.

Mudanças no cenário internacional e no quadro regional da África Austral também condicionaram essa nova política dos partidos. No plano internacional, o desmoroamento do bloco comunista retirou do governo do MPLA suas ligações externas, que lhe garantiam o necessário suporte na condução da Guerra Civil. Por outro lado, o governo dos EUA decidiu cancelar a assistência material que mantinha ao movimento de Savimbi. No setor regional, mudanças políticas internas na África do Sul não mais favoreceram a UNITA. O governo de Pretória, em transição para a democracia multirracial, comprometeu-se a cortar o apoio à UNITA, o que reduziu uma das fontes logísticas desse movimento.

Nessas condições, em maio de 1991, os *Acordos de Bicesse* foram assinados pelo MPLA e UNITA, sob o patrocínio dos governos dos EUA, Rússia e Portugal. Dentre outras estipulações, o protocolo previa a realização



de eleições legislativas e presidenciais, num quadro multi-partidário.

Para o cumprimento do tratado e forçado pelas alterações do quadro internacional e regional, o governo do MPLA iniciou um programa de mudanças políticas liberalizantes, que rejeitou o regime comunista de partido único. A partir de 1991, permitiu-se que outras tendências políticas ingressassem no parlamento nacional.

No final de setembro de 1992, Angola viveu as primeiras eleições presidenciais e legislativas de sua história.

Dentre os candidatos à presidência destacavam-se José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Na parte legislativa, 17 partidos concorreram às 220 cadeiras do Parlamento Nacional. De maneira geral, as eleições transcorreram em clima de paz, tendo a participação de cerca de 91% dos eleitores inscritos.

Em meados de outubro, as Nações Unidas, que supervisionavam o processo eleitoral, declararam o MPLA vencedor das eleições. Para a presidência, o candidato do MPLA obteve 49.57% dos votos, contra 40.07% a favor de Savimbi. E para as 220 cadeiras da Assembléia Na-

cional, o MPLA conseguiu 129, enquanto a UNITA ficou com 70, sendo as 21 restantes distribuídas entre os partidos de menor expressão política. Por considerar as eleições fraudulentas, a UNITA não reconheceu o resultado do pleito. Assim, em 31 de outubro de 1992, reacenderam-se os conflitos entre partidários do MPLA e a UNITA. Era o reinício da Guerra Civil angolana. De acordo com dados da ONU, o conflito matava cerca de mil pessoas por dia, não só vítimas dos confrontos armados, mas também pela fome e doenças. Pela primeira vez na história dos conflitos angolanos, milhares de civis ficaram sitiados em cidades sob constante bombardeio, fugindo das precárias condições de vida do interior do país.

Diante desse quadro, a comunidade internacional passou a pressionar as partes em conflito para que colocassem um ponto final na guerra. As conversações de paz são então reiniciadas, no final de 1993, na capital da Zâmbia. Como resultado, a 20 de novembro de 1994, era assinado o Protocolo de Lusaka, numa nova tentativa de apaziguar Angola.

### Terceiro Período – do Protocolo de Lusaka aos dias atuais

Após a assinatura do protocolo de Lusaka, a reconciliação nacional vem merecendo grande destaque na política angolana. Ela se traduz pela vontade política do governo de Angola e da UNITA de coexistirem num quadro de ordem constitucional. Para sua real consecução, há necessidade da superação de dois dos maiores óbices do atual processo político angolano: o destino político a ser dado a Jonas Savimbi e a formação de uma Força Armada única, integrada por elementos do MPLA e da UNITA.

Para solucionar o primeiro deles, o governo angolano já apresentou a fórmula das duas vice-presidências – uma para Savimbi e a outra para o MPLA, até a realização do segundo turno das eleições de setembro de 1992. Por enquanto, o presidente da UNITA tem se recusado a participar dessa solução: *“Não estou a procura de um posto. Eu pretendo apenas desempenhar o papel que levará a todos os que me seguiram a aceitar e cre-*

*rem que haverá um futuro radioso para os angolanos.*<sup>3</sup>

Para resolver o segundo deles, o Protocolo de Lusaka prevê estipulações relacionadas à formação de uma Força Armada única, iniciada nos Acordos de Bicesse e ainda não de todo concluída. A existência de um Exército nacional único é fundamental à estabilidade política do país. Nos dias de hoje, os partidos políticos angolanos afirmam que a democracia só será realidade no país se a UNITA abandonar de uma vez por todas sua força militar, conformando-se simplesmente com o seu estatuto de partido político.

A conclusão da formação de uma Força Armada única parece ser o verdadeiro teste para se aquilatar o grau de comprometimento do MPLA e da UNITA em relação ao Protocolo de Lusaka. O governo acusa a UNITA de manter suas melhores tropas em estado de prontidão, desmobilizando somente os efetivos menos adestrados. Por sua vez, a UNITA afirma que o governo do MPLA ainda não criou as melhores condições para sua segurança; daí a necessidade da

manutenção de um poder militar dissuasório, que serve de instrumento de pressão nas negociações. Em suma, a reintegração da UNITA no convívio constitucional e a conclusão da formação de uma Força Armada única são fundamentais à pacificação de Angola.

## CONCLUSÃO

A partir da independência, a principal característica do processo político angolano foi a sua constante instabilidade, motivada por fontes externas e internas.

As fontes externas estavam ligadas ao cenário da Guerra Fria. O conflito Leste-Oeste impôs à Angola seus interesses, impedindo-a de procurar seus próprios caminhos para o nascimento de um país unido em torno de ideais comuns. Como resultado, o processo político angolano foi agitado por uma verdadeira guerra não declarada entre África do Sul e Cuba, que se prolongou de 1976 a 1988.

A motivação de instabilidade interna encontra-se na disputa pelo poder entre o MPLA e a UNITA, que retarda a implementação das estipulações do Protocolo de Lusaka.

Assim sendo, faz-se necessário apresentar os reflexos do cenário analisado na conjuntura política angolana da atualidade, para bem caracterizar a permanência da instabilidade no quadro político de Angola:

- a instauração de um governo de linha comunista em Angola, quando de sua independência refletiu-se na existência de diversas estruturas socializantes que ainda persistem no país, as quais se chocam com a atual implantação de reformas democráticas;

- a sobrevivência militar da UNITA, ao longo de todos os embates contra o MPLA, assegurou a Jonas Savimbi posição de destaque na vida política do país. Isso obriga o Governo de Angola a encontrar fórmulas que garantam espaço político para esse grande líder angolano, sob pena de abalo na tão almejada reconciliação nacional;

- a divisão do território de Angola por áreas de influência partidária, desde o momento de sua independência, ainda gera incidentes armados entre o MPLA e a UNITA, a despeito de um processo de paz em curso no país. Isso dificulta a consecução da unidade nacional Angolana;

3. Jonas Savimbi, *Jornal da Terra Angolana*.



- a existência de forte antagonismo entre membros do MPLA e da UNITA gera um clima de desconfiança mútua que obriga ambos partidos a se manterem em estado de prontidão, pela possibilidade do uso da força militar a qualquer momento; e

- a recusa da UNITA em aceitar o resultado das eleições gerais de 1992 faz com que persista a dúvida em

alguns setores do governo de Angola sobre quais são as reais intenções de Savimbi no atual processo de paz.

A classe política e o povo angolano devem ter a nítida compreensão de que o Protocolo de Lusaka representa um dos últimos esforços para apaziguar Angola. Chegará o dia em que os representantes da comunidade internacional que fiscalizam o

cumprimento do acordo de paz deixarão o país. Aí reside a principal dificuldade à estabilização do processo político angolano: a superação das diferenças políticas internas, sem a participação internacional.

Angola não pode falhar nesse desafio, sob pena de comprometer sua existência como nação livre e soberana. 